

# TRAMAS SOCIOTERRITORIAIS EM JOGO NO ANTIGO AEROPORTO CARLOS PRATES EM BELO HORIZONTE (ST 12)

**Rachel de Castro Almeida**

PUC Minas | rachel.castro.almeida@gmail.com

**Viviane Zerlotini da Silva**

PUC Minas | vivianezerlotini@gmail.com

**Lorena Amália Lopes Rocha**

PUC Minas | lorennarocha13@gmail.com

---

## Sessão Temática 12: Assessoria Técnica Territorial e Extensão Universitária

---

**Resumo:** A futura destinação da área do antigo Aeroporto Carlos Prates representa uma das principais disputas urbanas em Belo Horizonte. Este artigo analisa os processos e resultados de projetos de pesquisa e extensão realizados entre 2021 e 2023, que buscaram reconhecer as dinâmicas socioespaciais locais, colaborar com a formação política e socioambiental, e oferecer assessoria técnica à comunidade. A metodologia adotada foi a cartografia da ação social, aplicada em oficinas, festivais e reuniões comunitárias, articulando saberes locais e acadêmicos. Entre os resultados destaca-se o jogo educativo Prates da Gente, que promove reflexões sobre justiça territorial e novos usos para o espaço. As iniciativas demonstram o potencial da assessoria técnica universitária em valorizar práticas populares e fortalecer a construção de um planejamento ambiental urbano inclusivo, crítico e sustentável.

**Palavras-chave:** assessoria técnica territorial; extensão universitária; Aeroporto Carlos Prates; disputas urbanas; jogos educativos

## SOCIO-TERRITORIAL DYNAMICS AT PLAY IN THE FORMER CARLOS PRATES AIRPORT IN BELO HORIZONTE

**Abstract:** *The future land use of the former Carlos Prates Airport has become one of the most significant urban disputes in Belo Horizonte. This article examines the processes and outcomes of research and university extension projects carried out between 2021 and 2023. These initiatives aimed to recognise local socio-spatial dynamics, enhance political and environmental awareness, and provide technical support to the community. Social action cartography was adopted as the core methodology, involving workshops, festivals, and community meetings that integrated local and academic knowledge. Among the outcomes, the development of the educational game Prates da Gente stands out, fostering reflections on territorial justice and potential new uses for the site. The findings highlight the importance of university-led technical support in valuing grassroots practices and advancing an inclusive, critical, and sustainable approach to urban planning.*

**Keywords:** *Technical Territorial Assistance; University Extension, Carlos Prates Airport; urban conflicts; educational games*

---

## TRAMAS SOCIOTERRITORIALES EN JUEGO EN EL ANTIGUO AEROPUERTO CARLOS PRATES EN BELO HORIZONTE

**Resumen:** *El futuro uso del suelo del antiguo Aeropuerto Carlos Prates se ha convertido en una de las disputas urbanas más significativas en Belo Horizonte. Este artículo examina los procesos y resultados de proyectos de investigación y extensión universitaria realizados entre 2021 y 2023. Estas iniciativas tuvieron como objetivo reconocer las dinámicas socioespaciales locales, colaborar con la concienciación política y ambiental, y proporcionar apoyo técnico a la comunidad. La cartografía de la acción social fue adoptada como la metodología central, que incluyó talleres, festivales y reuniones comunitarias que integraron conocimientos locales y académicos. Entre los resultados, destaca el desarrollo del juego educativo Prates da Gente, que promueve reflexiones sobre justicia territorial y posibles nuevos usos para el sitio. Los resultados subrayan la importancia del apoyo técnico universitario en la valorización de las prácticas locales y en el avance de un enfoque inclusivo, crítico y sostenible para la planificación urbana.*

**Palabras clave:** *Asistencia Técnica Territorial; Extensión Universitaria; Aeropuerto Carlos Prates; Conflictos urbanos; Juegos educativos.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a experiência de projetos de pesquisa e extensão<sup>1</sup> realizados entre setembro de 2021 e outubro de 2023, em colaboração com estudantes de uma escola pública estadual, integrantes de coletivos de luta urbana e moradores que compartilham a vida cotidiana no entorno do antigo aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte.

O objetivo principal desses projetos foi o de fomentar o reconhecimento da história da produção social, espacial e cultural da região, além de contribuir para a promoção da formação política e socioambiental da comunidade local. A metodologia adotada foi a cartografia da ação social (Ribeiro, 2001; Acselard, 2008), que permitiu a coleta de dados sobre as práticas cotidianas de cuidado com o espaço e a mobilização dos moradores em torno do debate sobre a desativação do aeroporto e a futura destinação da área.

Entre as diversas ações desenvolvidas ao longo do processo, este artigo aborda as atividades realizadas diretamente com a comunidade no território, a saber: a participação em reuniões promovidas pelo executivo municipal, audiências públicas conduzidas pelo legislativo estadual, os festivais *Cultivando Sonhos para o Prates*, eventos da agenda do Circuito Urbano, coordenado pelo Programa ONU-Habitat em 2022 e 2023. Destaca-se a criação do jogo educativo “Prates da Gente”, inspirado no *Landlord's Game* (popularmente conhecido como *Monopoly*), que se consolidou como uma ferramenta para engajar a comunidade na discussão de novos usos para o território. Este jogo educativo foi desenvolvido como estratégia para colaborar com o protagonismo dos moradores e estudantes na produção cotidiana do espaço e na tomada de decisões. A base teórica do jogo inclui preceitos da Ecologia Política (Foster, 2015; Foster, 2023) e explora conceitos como autoprodução do espaço, vida cotidiana e reabilitação ambiental urbana. O jogo também visa identificar e divulgar os desejos da comunidade em relação aos novos usos e destinações para o espaço do antigo aeroporto, além de destacar a capacidade dos moradores, ainda que com formas incipientes de organização, de produzir e cuidar do espaço de forma coletiva e política.

---

<sup>1</sup> Estas atividades de pesquisa e extensão foram desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas. O Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) é um espaço dedicado à formação política, promovendo a integração entre saberes acadêmicos e populares, com o objetivo de fomentar uma atuação transformadora na sociedade. Entre setembro de 2021 e outubro de 2023, as atividades desenvolvidas pelo Nesp contaram com o apoio intensivo de uma rede de pesquisadores integrantes do grupo de pesquisa Produção do Espaço Urbano nos brasis (PEU nos brasis), além da colaboração do projeto de extensão Programa de Formação de Autoprodutores em Saberes Ambientais (PROSA). Este último, com sua vasta experiência, oferece assessoria técnica a comunidades afetadas por conflitos socioambientais, priorizando o fortalecimento das ações locais e a valorização da autoprodução do espaço. Ao longo desse período, destacaram-se as contribuições de bolsistas de iniciação científica e extensionistas, como Luiza Rodrigues de Carvalho Souza, do Departamento de Geografia, e Ana Paula de Assis Miguel, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, o projeto contou com a valiosa participação voluntária de estudantes como Hadassa Rodrigues Dias, do Departamento de História, e Lorenna Amália Lopes Rocha, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, cuja dedicação enriqueceu a execução das ações do Nesp.

O ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica realizadas no contexto destes projetos contribuem para a reflexão sobre a importância da integração entre essas três esferas no campo do planejamento territorial, especialmente em territórios historicamente relegados pelo poder público. Ao trabalhar com saberes populares e acadêmicos, a assessoria técnica territorial se revela como uma poderosa ferramenta para promover o reconhecimento e a valorização das práticas locais, ao mesmo tempo em que desafia representações convencionais e contribui para descolonizar o pensamento sobre o planejamento urbano e regional.

Estes projetos, ao envolver os moradores no processo de produção e discussão sobre o futuro do território, contribuíram para o fortalecimento da formação acadêmica, mostrando o potencial transformador da extensão e ampliando a participação social em questões que afetam diretamente a vida cotidiana das comunidades.

## **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A VIDA COTIDIANA**

A área analisada neste estudo começou a ser ocupada ainda no período das rotas dos tropeiros, processo que se intensificou com a inauguração de Belo Horizonte, no final do século XIX. No plano original da cidade, essa região situava-se nas proximidades da antiga colônia agrícola Carlos Prates, concebida para receber imigrantes e populações sem acesso à terra na Zona Urbana.

Com o crescimento acelerado da população e a implantação da linha de bonde, a área foi incorporada às Zonas Suburbanas em 1911. A urbanização da região ganhou fôlego no final da década de 1920, com a instalação de instituições relevantes, como o sanatório Cavalcanti, inaugurado em 1927 e posteriormente transformado no Hospital Alberto Cavalcanti (Diniz, 2022). Nesse mesmo período, foi fundada a Escola Estadual Professor Moraes, nas imediações da antiga fazenda que mais tarde abrigaria o aeroporto.

Nos anos 1930, começaram os primeiros loteamentos ao redor do aeroporto. Esse adensamento se acelerou nas décadas seguintes, com a criação de loteamentos populares e a formação de vilas operárias nos bairros Padre Eustáquio e Monsenhor Messias (Arreguy & Ribeiro, 2008). A construção da avenida sanitária Pedro II e a canalização do córrego do Pastinho, iniciadas em 1935, melhoraram o acesso às vilas que cresciam ao longo do vale (Borsagli, 2011).

A partir da década de 1940, surgiram as primeiras favelas, como a Vila Marmiteiros, no bairro Padre Eustáquio, a favela Buraco do Peru, no bairro Carlos Prates, nos anos 1950, e a Vila São José, no bairro Jardim Inconfidência, na década de 1960 (Guimarães, 1992; Favela é isso aí, 2023). Esses processos de ocupação ocorreram por meio da autoconstrução das moradias e da urbanização gradual, impulsionados pela mobilização popular. Durante esse período, a zona suburbana, dominada por populações de baixa renda, contrastava com a zona urbana,

planejada, criando uma divisão clara entre as áreas da cidade e refletindo uma segregação socioespacial cada vez mais acentuada.

O Aeroporto Carlos Prates foi inaugurado em 1944, com o propósito de atender ao Aeroclub de Minas Gerais para a formação de quadros para a aviação civil e militar.

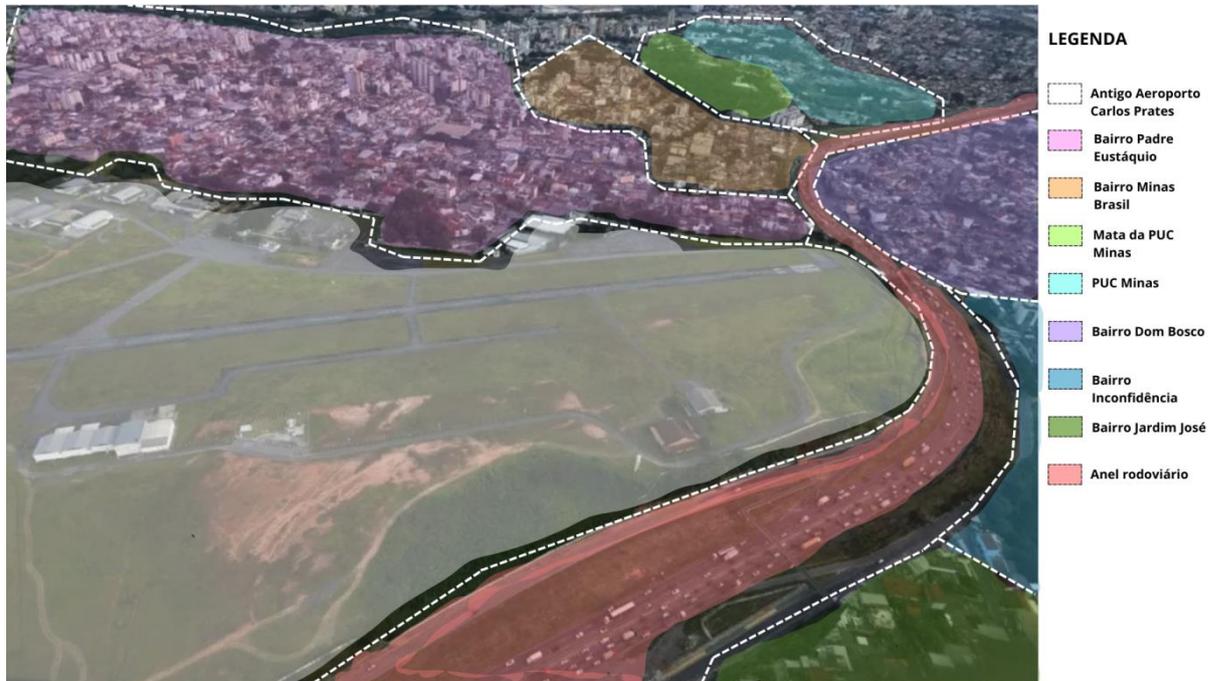


Figura 1: Imagem aérea Aeroporto Carlos Prates e Anel Rodoviário  
Fonte: Flavio Tavares, O TEMPO, adaptada pelas autoras.

A produção de habitação de interesse social se intensificou na década de 1950, com a construção de conjuntos residenciais, como os do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), no bairro Padre Eustáquio, e o conjunto habitacional Presidente Juscelino Kubitschek da Fundação Casa Popular (FCP), no bairro Caiçara. No entanto, moradores antigos relatam dificuldades em melhorar a infraestrutura precária dessas áreas. Na década de 1960, a abertura do Anel Rodoviário contribuiu para aumentar o adensamento, especialmente nas proximidades do aeroporto.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o programa habitacional Banco Nacional de Habitação (BNH) construiu novos conjuntos, como o Santos Dumont, no bairro Padre Eustáquio, com tipologias verticais variadas e uma grande área verde cultivada pelos moradores. Nos anos 1990 e 2000, a pressão pela verticalização se intensificou, com a construção de torres residenciais em substituição a algumas edificações de 1 a 4 andares.

Os territórios autoproduzidos pelos moradores são fruto desses movimentos populares de luta por habitação em busca de condições mínimas de reprodução da vida, que inclui a classe média emergente, alvo dessas políticas habitacionais restritas.

Há aqui uma contradição importante: à medida que os moradores se organizam para transformar terras parceladas, mas ainda não urbanizadas, em bairros, passam a incorporar práticas associadas ao conceito de propriedade privada. Com o tempo, o endividamento decorrente do financiamento da casa própria os insere na condição de pequenos proprietários de terra. No entanto, paralelamente, desenvolvem uma sociabilidade de bairro baseada nas relações de vizinhança. Diferentemente do que ocorre nas áreas centrais, já dotadas de infraestrutura urbana consolidada, essa sociabilidade se constrói majoritariamente no espaço público. Isso revela a existência de redes de apoio e de trocas materiais e simbólicas, características de formas mais próximas de vida comunitária, fundamentais para o sustento da vida cotidiana. Porém, a busca por propriedade privada pode ser vista como um caminho que os aproxima de práticas que, no contexto mais amplo, são associadas a um modo de vida individualista, típico da burguesia. Nesse sentido, o processo de urbanização e a aquisição de bens imóveis, ao mesmo tempo em que geram um processo de privatização das relações sociais, introduzem elementos de um modo de vida mais individualizado, marcado pela separação das esferas públicas e privadas.

Atualmente, na região deste projeto, embora ainda persista uma rede de vizinhança muito forte, ela frequentemente não é reconhecida ou valorizada. Muitos moradores, ao adotar discursos típicos das classes médias, percebem-se como ameaçados pela violência urbana e, conseqüentemente, passam a incorporar práticas mais individualistas, como o controle do espaço público por meio de estratégias de securitização e demandas por mais segurança pública. Ao mesmo tempo, esses moradores, ao se distanciarem das classes populares, demonstram resistência à presença de moradias de interesse social nos arredores, como se já se posicionassem como uma classe superior, temendo a diversidade social no território. Este fato foi constatado ao longo do projeto nos depoimentos e posicionamentos de algumas pessoas nas mais variadas atividades e, em vários momentos, nas redes sociais, quando as primeiras imagens do projeto proposto pela Prefeitura Municipal começam a ser divulgadas publicamente.

Assim, a região continua enfrentando tensões entre os antigos moradores, que resistem à verticalização, e as novas construções. A caixa d'água do conjunto FCP, antes um marco no bairro, agora está sendo demolida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, evidenciando as transformações na paisagem e na memória local. A sociabilidade desses bairros mantém características interioranas, com a predominância de casas e quintais, e uma relação permeável entre o público e o privado.

A área do aeroporto está situada na divisa entre duas grandes bacias hidrográficas: a do Ribeirão Arrudas e a do Ribeirão do Onça, que, por sua vez, fazem parte da Bacia do Rio das Velhas, que deságua no Rio São Francisco. Na microescala ambiental urbana, encontra-se no interflúvio dos vales dos ribeirões Pampulha, Arrudas e Córrego do Pastinho, com nascentes dentro da área e em suas proximidades. Desde os anos 1980 que os estudos realizados pelo Plambel já começam a identificar importantes questões ambientais ligadas à drenagem, recarga das bacias do Ribeirão Arrudas e do Ribeirão do Onça, erosão do solo, dentre outras, como pode ser observado na seguinte descrição *"na construção do aeroporto foi necessária terraplanagem em grande parte da área, fato que vem ocasionando sérios problemas de erosão e desbarrancamento no local, principalmente no lado do Anel, necessitando de urgente cuidados, pois a erosão só tende a progredir"* (Plambel, apud Henkes, 2021, p.55).

Em 1982, o Plambel elaborou um projeto urbano que propunha transformar o aeroporto em um parque multiuso, com um programa amplo e diversificado. A proposta incluía espaços para circo, parque aquático público, quadras esportivas (abertas e cobertas), estádio de futebol, mirante, teleférico ou elevador panorâmico, centros culturais e de dança, planetário, anfiteatro, áreas para churrasco e convivência, ateliê de criatividade, museu, pistas para caminhada e ciclismo, mini zoológico, área para aerodelismo, parque de diversões, espaços dedicados à infância (especialmente à primeira infância), além de um grande complexo de entretenimento com cinema, teatro, jogos de salão e eletrônicos, boliche, restaurante e área para festas, shows e feiras. E neste mesmo ano foi realizado um concurso público de projeto urbano para um parque nesta área (Henkes, 2021).

A população local experimenta cotidianamente as consequências de uma ocupação adensada e de um modelo de produção de espaço voltado aos interesses do capital. Esta é, aliás, a regional da cidade com o menor número de áreas verdes, contando com 47 bairros e apenas 2 parques, enquanto a regional Centro-Sul, com 41 bairros, possui 19 parques.

Ao longo do processo de trabalho com a comunidade, duas experiências de luta por espaços públicos na área foram sempre destacadas como grandes conquistas: o Parque Ecológico e de Lazer do bairro Caiçara, conhecido como Parque da Cascatinha, e o Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira.

O Parque da Cascatinha foi conquistado por meio de uma mobilização histórica das associações de moradores, iniciada em 1986, com o objetivo de preservar as nascentes do bairro e o único trecho não canalizado do córrego Cascatinha.

Já o Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira, localizado nas bordas da área do Aeroporto Carlos Prates, foi criado em 2000, fruto da luta das comunidades vizinhas, especialmente da Vila São José, no contexto dos processos de Orçamento Participativo. Esse parque, com uma área de aproximadamente 97.600 m<sup>2</sup>, surgiu de um convênio entre a Infraero e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

## **A CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL E A LUTA URBANA**

As atividades de assessoria técnica tiveram início em setembro de 2022, quando uma liderança comunitária procurou o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC Minas solicitando suporte técnico para participar de uma audiência pública realizada pela Câmara dos Deputados. Ao aceitar a solicitação, o Nesp convidou o grupo de pesquisa e extensão *Produção do Espaço Urbano nos Brasis*, reconhecido por sua ampla experiência em assessoria técnica em contextos de disputa e conflitos urbanos.

Ao longo de dois meses intensos de trabalho, com a colaboração voluntária de diversos alunos e professores que já haviam participado de projetos acadêmicos nessa área, foi elaborado um documento técnico intitulado “Asas para o Aeroporto: Espaço Multiuso”. Este documento inclui uma linha do tempo detalhada sobre o processo de produção e ocupação do espaço, bem como os incidentes e acidentes ocorridos ao longo de sua história. Além disso, apresenta um resumo das demandas dos moradores, abordando diferentes eixos, como uso e ocupação do solo, questões ambientais, patrimônio social e cultural, estrutura urbana e mobilidade.

Naquele momento o aeroporto era gerido pela Infraero e sua área pertencia ao Governo Federal. No final de 2021, o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (ME), representada pelo secretário Diogo Marc Cord, anunciou, em audiência pública realizada em 16 de dezembro de 2021, que promoveria um leilão direcionado a fundos imobiliários para a implantação de um condomínio fechado de alto luxo.

Dessa forma, o Governo Federal pretendia decidir a destinação da última área livre remanescente na cidade de Belo Horizonte, sem considerar as necessidades e demandas da comunidade. Essa estratégia suscitou respostas do governo municipal e do governo do estado. O Executivo municipal apresentou um pedido ao Ministério da Economia para assumir “a outorga de exploração do aeroporto Carlos Prates (SBPR) em 23 de novembro de 2021 para que junto a instituições parceiras possa realizar uma destinação adequada que atenda o município” (Mota, 2022, online).

É importante destacar que, em razão do pacto federativo, embora o terreno pertença ao Governo Federal, sua utilização deve respeitar a legislação municipal. Dessa forma, a proposta

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que estávamos em meio à pandemia Covid-19, portanto, todas as nossas atividades aconteciam virtualmente.

da União entrou em conflito com o Plano Diretor da cidade. Caso a área do Carlos Prates fosse transferida para um fundo imobiliário, é provável que fosse ocupada por moradias voltadas para segmentos de alta renda, uma vez que esses fundos costumam buscar lucro atendendo prioritariamente a essa faixa social. Contudo, a Lei Municipal 11.181 de 2019, que institui o Plano Diretor, classifica aproximadamente 122 mil metros quadrados da área do Carlos Prates como área de Proteção Ambiental e cerca de 425 mil metros quadrados como grandes equipamentos de uso coletivo. De acordo com a lei, a ocupação desses 425 mil metros quadrados permitiria a implantação de parques, museus, centros culturais, escolas, universidades, postos de saúde e, caso fosse mantida a área como pública, admitiria também moradias de interesse social, voltadas para a população de baixa renda.

Nesse contexto, a disputa pela área do Aeroporto Carlos Prates, que abrange 547 mil m<sup>2</sup>, em Belo Horizonte tornou-se uma das maiores batalhas de política urbana na capital. Com grande potencial de abrangência metropolitana, próxima ao anel rodoviário e a outros grandes eixos viários, a área está localizada no bairro Padre Eustáquio, fazendo divisa com os bairros Caiçara-Adelaide, Dom Bosco, Inconfidência, Jardim Montanhês, Jardim São José, Minas Brasil e Monsenhor Messias, inserida em um contexto de ocupação urbana de alta densidade.

A inscrição territorial dos bairros populares centrais são um tópico de investigação e reflexão particularmente relevante nas Ciências Sociais e representam uma questão crítica no âmbito da ação pública (Galhardo, 2014). Esses bairros, por um lado, mantêm uma morfologia e um conjunto de relações sociais, espaciais e simbólicas muito próprias, distintas das áreas centrais ou das mais elitizadas, como os bairros da região Centro-sul. Por outro lado, são também marcados por uma multiplicidade de processos que exigiam uma leitura cuidadosa, especialmente no que se referia aos grupos sociais locais, suas necessidades, carências, demandas e potencialidades.

Diante desse contexto, a situação-problema que se apresentava era: como mobilizar a comunidade para que as pessoas se reconhecessem na produção da vida cotidiana nesse território, de modo que seus interesses e expectativas fossem incorporados no plano de destinação da área do aeroporto, a ser desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo Governo de Minas Gerais ou pelo Governo Federal?

Após a audiência na Câmara dos Deputados, a avaliação da comunidade considerou que era preciso fortalecer a discussão sobre o Plano Diretor para que este instrumento fosse utilizado de forma a contemplar as demandas e necessidades da população que vive neste território. Assim, o segundo grande passo foi a organização do Seminário Novos Horizontes<sup>3</sup>, realizado em 2022, com o objetivo de aprofundar o debate sobre os desafios e possibilidades para a

---

<sup>3</sup> Mais informações estão disponíveis no site: <https://sites.google.com/view/seminario-novos-horizontes/p%C3%A1gina-inicial>

construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável em Belo Horizonte e a aplicação da Lei 11.181/2019, ou seja, do Plano Diretor.

Este Seminário reuniu mais de 100 coletivos, entidades e associações engajadas na luta urbana, promovendo debates sobre temas essenciais para o desenvolvimento da cidade. Entre os assuntos discutidos estiveram o aeroporto Carlos Prates, a Mata do Planalto, moradias populares, áreas verdes, transporte público, patrimônio cultural, além do Ribeirão do Onça, da Mata do Havaí e da Mata do Izidora. Tais tópicos foram tratados de maneira integrada, destacando a importância de ações coordenadas para atender às demandas sociais e ambientais de Belo Horizonte.

O encontro foi estruturado em três momentos principais: as mesas discutiram a complexidade da implantação do Plano Diretor, destacando seus instrumentos e a importância da participação social; as oficinas aprofundaram os debates, explorando questões como habitação, meio ambiente, mobilidade, patrimônio e cultura, e uma delas territorializou e integrou todos esses debates com foco no Aeroporto Carlos Prates, sempre fomentando o diálogo entre técnicos, acadêmicos e movimentos sociais; por fim, a plenária consolidou as reflexões em um documento intitulado "Carta de BH", que reuniu as principais reivindicações urbanas e foi entregue ao Poder Público como um instrumento de defesa de políticas públicas inclusivas e democráticas.

Um dos principais resultados deste seminário foi a formação do coletivo Atingidos pelo Prates, criado por um grupo de moradores — como o próprio nome indica — dos bairros mais afetados pelos acidentes aéreos. A iniciativa surgiu após a Oficina sobre a Destinação do Aeroporto evidenciar que os interesses dos participantes eram divergentes. Muitos aceitavam a continuidade do aeroporto, desde que suas demandas fossem atendidas, como a criação de espaços culturais ou de lazer. Em contraposição, o coletivo foi estruturado com o objetivo de fortalecer a luta pelo fechamento do aeroporto, já que a maioria de seus integrantes residia nos bairros Caiçara e Caiçara-Adelaide, diretamente afetados pelos ruídos e riscos de acidentes.

A partir de então, as atividades de pesquisa e de extensão passaram a ser realizadas de forma colaborativa com o Atingidos pelo Prates e o fio condutor metodológico teve como pressuposto o desafio de construir epistemologias alternativas, baseadas no reconhecimento dos saberes locais e nas vivências de quem cria e habita seus próprios territórios. Nesse contexto, a prática da cartografia da ação social aproxima a universidade da comunidade, integrando teoria e prática para produzir conhecimentos enraizados na realidade (Almeida & Silva, 2023)

Por meio de oficinas com mapas, desenhos e maquetes, busca-se transformar o território em um espaço de reflexão e ação, onde as relações de poder, conflitos e interesses podem ser debatidos e ressignificados. Conforme sugere Ribeiro (2001), essa abordagem funciona como um exercício de denúncia e orientação social, desvendando contextos e antecipando ações. Além disso, questiona as cartografias hegemônicas, que regulam o espaço e defendem a

propriedade privada, promovendo uma desconstrução epistemológica e defendendo a pluralidade jurídica nos territórios (Santos, 1991).

Dentre as atividades realizadas com o coletivo Atingidos pelo Prates visando a produção das cartografias podemos citar: (1) caminhadas exploratórias pelo bairro; (2) oficina de desenho com as crianças para externalizar suas ideias para a área; (3) oficinas de cartografias para a produção de linha do tempo, com uso de maquete e mapas, em que os moradores revelaram suas memórias e expectativas em relação ao bairro; (4) oficina de fotografia; (5) palestras com especialistas técnicos e com moradores de luta, denominados assim pelos movimentos populares pela contribuição histórica na luta por melhorias habitacionais; (6) rodas de conversa; (7) exposições e (8) festivais, no âmbito do Circuito Urbano.



Figura 2: Eventos realizados pelos grupos de pesquisa-extensão-ensino PEU nos brasis e NESP em colaboração com o Coletivo Atingidos pelo Prates (março a setembro de 2022)  
Fonte: Autoras, 2023

As quatro ações iniciais foram realizadas ao longo de 2022 com o objetivo de engajar a comunidade na mobilização pela desativação do aeroporto. As atividades começaram pelas caminhadas exploratórias e oficinas, realizadas no salão da Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz4, no bairro Caiçara. Os conteúdos produzidos foram expostos no átrio da igreja em formato interativo, com o propósito de ampliar a participação comunitária e atrair novos envolvidos para a causa.

Além das caminhadas exploratórias, foi realizado um mutirão de limpeza no Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira, já mencionado acima com uma conquista da população na década

<sup>4</sup> Gostaríamos de expressar nosso sincero agradecimento ao Padre Jucimar Pinto de Oliveira pela generosidade e acolhida em abrir as portas da paróquia para as atividades da comunidade. Seu apoio foi fundamental para a realização dos nossos encontros e projetos, fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo um espaço de convivência e diálogo.

de 1990, implementado em 2000 e que no final dos anos 2010 se tornara uma área negligenciada pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela Infraero. Embora tenha sido incluído em um convênio entre as duas instituições para a criação de um ambiente de interação comunitária, a falta de manutenção comprometeu sua funcionalidade e atratividade para a população. Ambas as instituições públicas justificaram a ausência de cuidados alegando que o espaço não era utilizado nem valorizado pela comunidade. Dessa forma, o mutirão teve como objetivo sensibilizar a população local sobre a importância de cuidar do parque e exigir que ele recebesse a atenção devida dos órgãos responsáveis pela sua gestão.

Este parque está localizado nas áreas de encosta do antigo aeroporto, fragmentado em três grandes seções: a primeira, com acesso pela marginal do anel rodoviário, é destinada a um campo de futebol intensamente utilizado por times de futebol amador e por uma escolinha de futebol; a segunda seção, com acesso pela Rua Bom Retiro, tem quadras poliesportivas, pista de skate, pequeno teatro de arena e uma edificação com banheiros públicos e espaço para um café/lanchonete; a terceira seção, sem acesso ao público, tem uma caixa d'água da companhia de abastecimento do Estado, utilizada para abastecer as aeronaves do corpo de bombeiros que atuam no combate aos incêndios.

O mutirão foi realizado na segunda seção do parque. Para a execução da atividade, os moradores contribuíram trazendo materiais próprios como vassouras, pás, sacos de lixo, luvas e ferramentas para capina. Durante toda a manhã, os participantes se dedicaram à limpeza e requalificação, promovendo a conscientização coletiva sobre a importância do cuidado e da preservação do espaço público. A iniciativa despertou o senso de pertencimento e responsabilidade entre os moradores, fortalecendo o vínculo da comunidade com o parque.

Posteriormente, em setembro de 2022, ao tomar conhecimento do Circuito Urbano, uma atividade promovida pelo Programa ONU-Habitat, a comunidade identificou uma grande oportunidade para ampliar a visibilidade de sua luta além dos limites do território. Assim, foi organizado o 1º Festival Cultivando Sonhos para o Prates, com uma programação diversificada que incluiu oficinas voltadas a diferentes públicos, abordando temas como patrimônio, meio ambiente, questões sociais e mobilidade urbana.

O evento contou com um painel de debates que reuniu a subsecretária de Política Urbana, lideranças de movimentos ambientais da cidade, a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, a presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (nacional), uma liderança local e uma representante de nossa equipe.

Realizado na Escola Estadual Professor Morais, o festival encerrou com uma caminhada dos participantes até o Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira. No local, foi realizado um plantio simbólico de uma árvore, marcando o encerramento do evento e reforçando o compromisso com a transformação do território.

Ainda em dezembro de 2022, apoiamos a elaboração de uma carta dirigida à coordenação dos Grupos Técnicos do Gabinete da Transição Presidencial do Brasil solicitando a desativação do

antigo aeroporto e a implantação de um parque ecológico, com espaços para atividades culturais e esportivas. Tal carta obteve a assinatura de vários coletivos e entidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Figura 3: Eventos realizados pelos grupos de pesquisa-extensão-ensino PEU nos brasís e NESP em colaboração com o Coletivo Atingidos pelo Prates (outubro de 2022 a abril de 2023)  
Fonte: Autoras, 2023

O Festival realizado na Escola Estadual Professor Moraes abriu as portas para os projetos de pesquisa e extensão e, a partir de 2023, iniciamos com os estudantes do terceiro ano do turno da manhã uma série de práticas de cartografia, por meio das seguintes atividades:<sup>5</sup> (1) visita ao aeroporto Carlos Prates; (2); várias oficinas temáticas sobre a dinâmica urbana da região; (3) uma oficina de desenho para o reconhecimento das dinâmicas do território, quando os estudantes se localizaram e realizaram desenhos e textos para externalizar suas ideias e propostas para a área do antigo Aeroporto Carlos Prates; (4) uma Miniconferência, (5) exposição Urbanismo Cidadão: o que queremos para o Prates, no âmbito do 2º Festival Cultivando sonhos para o Prates, realizada no anexo e no foyer do Teatro João Paulo II, na PUC Minas, (6) elaboração do jogo Prates da Gente.

Até que no dia 11 de março de 2023 mais um acidente - a queda de uma aeronave na cabeceira da pista - atingiu duas residências na rua Artur Haas, resultando na morte do piloto. A passageira, sua filha, ficou gravemente ferida. No dia 15 de março a Prefeitura Municipal

<sup>5</sup> É fundamental ressaltar o valioso suporte e apoio da professora Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira, cuja contribuição foi imprescindível para o êxito deste trabalho.

utilizou a grande imprensa para divulgar a primeira proposta de projeto urbanístico para a área (Gontijo, 2023).

No dia 18 de março, realizamos uma Caminhada Solidária que teve início em frente às casas atingidas pelo acidente aéreo e seguiu até o Parque Maria do Socorro. Já no dia 21 de março, o Coletivo Atingidos pelo Prates promoveu uma reunião na Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz para relatar os acontecimentos mais recentes, coletar sugestões e fortalecer o engajamento da comunidade no processo.

No dia 1º de abril de 2023, conforme Convênio de Delegação do Ministério de Portos e Aeroportos SAC N° 04/2023, o aeroporto foi finalmente desativado e iniciado o processo de destinação para o município de Belo Horizonte. Em conformidade com a instrução normativa n. 87, de 1º de setembro de 2020, os contratos de cessão de uso gratuito ou cessão de uso em condições especiais de imóveis da União deverão observar as seguintes destinações, quando dirigida aos Estados e Municípios, atendendo aos seguintes fins:

- a) no uso do serviço público estadual ou municipal, inclusive para entidades vinculadas da Administração Pública indireta;
- b) afetação ao uso urbano, tais como ruas, avenidas, praças ou outros fins de uso comum;
- c) execução de projeto de desenvolvimento econômico ou industrial;
- d) execução de projeto de conservação ou recuperação ambiental;
- e) implantação de projeto habitacional ou de assentamento destinado a famílias de baixa renda; e
- f) implantação de atividade cultural executada diretamente pelo Poder Público.

Nos dias 12 e 14 de abril de 2023, a Regional Noroeste realizou reuniões para acolher demandas da população nas áreas de saúde, educação, cultura e uso do parque. Em 27 de abril, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), então responsável pelo projeto, apresentou uma primeira proposta a entidades previamente convidadas. Já em 17 de julho, a Prefeitura realizou uma nova reunião, desta vez na sede da regional, para apresentar à comunidade uma segunda versão do projeto urbanístico para a área.

Todas essas atividades mantinham a comunidade mobilizada e buscando alternativas de diálogo com os poderes públicos, com a intenção de pautar a destinação da área. A assessoria técnica identificou demandas relacionadas a meio ambiente, cultura, esporte e lazer, saúde, educação, segurança e moradia. Esta última demanda, surge na escala local com moradores constrangidos com o alto custo de aluguel e, na escala regional, considerando os movimentos de luta por moradia que atuam em outras regionais do município.

Com o objetivo de evitar uma simplificação da complexidade da produção social do espaço na área do antigo aeroporto, as atividades de extensão adotaram estratégias de assessoria

técnica direta (Penna et al., 2019). O propósito era fomentar o debate, priorizando a construção conjunta de propostas, em vez da disputa entre pautas de movimentos populares. Além disso, buscou-se reconhecer a luta histórica dos moradores vizinhos à área, que, em um passado recente, se mobilizaram coletivamente para promover melhorias habitacionais na região. Seguindo a tradição do grupo PEU nos brasis, os processos de assessoria técnica direta deram ênfase ao protagonismo dos autoprodutores na construção do espaço:

A partir do reconhecimento de que a ação direta dos moradores sobre o território é, ao mesmo tempo, luta por sobrevivência (esfera da necessidade) e luta pelo direito de decidir sobre o próprio espaço (esfera da liberdade); entendemos que nós, técnicos, deveríamos participar desse processo de autoprodução. Diante da inversão da lógica dos processos participativos (quem participa é o técnico!), o desafio da Extensão, no EI, coincide com o da superação da alienação dos técnicos em relação à autoprodução do espaço.

“Saber urbanizar” e “saber construir” são a um só tempo técnicas e políticas. E o que justifica que a assessoria técnica se debruce sobre os processos de produção cotidiana de espaço é a tentativa de estabelecer não mais uma competição entre saberes especializados e saberes tradicionais, mas uma troca e uma compreensão mútua, favoráveis à produção de um espaço onde a diferença – não a desigualdade – seja potencial.

Isso representa tanto uma assessoria técnica que seja direta, evidentemente em campo, quanto a reprodução de metodologias e procedimentos colaborativos e abertos. Em todos os casos, trata-se de orientar – colaborativamente – práticas que possam ser reproduzidas em outros territórios – quer em programação, quer em fase de consolidação. Essa assessoria técnica, então, não é fruto de uma invenção isolada ou de uma resposta a uma situação pontual. É, antes, influenciada enormemente por uma história de trabalho e de experimentações, por diferentes pessoas e grupos, em territórios em que vão se somando acúmulos de saberes e práticas (Penna et al., 2019, 237-8).

Nesta fase, em que a Prefeitura apresentou a primeira versão do projeto urbanístico para a área, nossa equipe técnica considerou fundamental desenvolver uma ferramenta que estimulasse o debate e tornasse visíveis as práticas cotidianas do território. O intenso trabalho de campo permitiu reunir um conjunto expressivo de informações sobre as ações realizadas localmente. A partir desses dados, elaboramos um jogo, detalhado a seguir, cujo principal objetivo foi reconhecer e valorizar os cuidados ambientais já promovidos pelos moradores do entorno, evidenciando como essas iniciativas comunitárias contribuem concretamente para a sustentabilidade do território.



Figura 4: Eventos realizados pelos grupos de pesquisa-extensão-ensino PEU nos brasis e NESP em colaboração com o Coletivo Atingidos pelo Prates (outubro de 2022 a outubro de 2023)  
 Fonte: Autoras, 2023

Antes de iniciarmos a produção do jogo na escola, os resultados das cartografias deram origem a propostas de planejamento para a área do aeroporto. Essas propostas foram apresentadas em uma Miniconferência que reuniu todos os estudantes do 3º ano. Durante o evento, os grupos expuseram suas ideias e, ao final, realizaram uma votação para escolher o projeto mais representativo.

Em julho de 2023, os trabalhos foram exibidos no anexo e no foyer do Teatro João Paulo II, na PUC Minas, como parte do 2º Festival Cultivando Sonhos para o Prates. Além disso, a exposição incluiu a maquete da área, o já citado projeto elaborado pelo Plambel em 1982 e a participação do arquiteto responsável, Patrício Menezes, que compartilhou suas perspectivas sobre o planejamento urbano do local com lideranças do Coletivo e estudantes da Escola e da PUC Minas. O evento contou com apresentações de dança realizadas por todos os estudantes da Escola Professor Moraes, uma prática anual organizada pelo professor de educação física, Lucas França, amplamente valorizada pelos alunos.

Em outubro de 2023, em parceria com o Coletivo Atingidos pelo Prates, foi realizado o 3º Festival Cultivando Sonhos para o Prates. O evento ocorreu no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora Rainha da Paz e contou com ampla participação da comunidade e de estudantes. A programação teve início às 14h, com a Roda de Conversa Diálogos com a Comunidade, que abordou as cartografias de ação social desenvolvidas pelos projetos de pesquisa e extensão vinculados à iniciativa. Na sequência, foi realizado o painel A destinação do Prates: a necessidade de um Projeto Urbano Integrado, com as participações de Nathalie de Souza Araújo, integrante do Coletivo Atingidos pelo Prates; Edwiges Leal, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG), que tratou do patrimônio material e imaterial da área; e Samy Lansky, vice-diretor de Valorização Sociocultural do IAB/MG, que

abordou o direito à cidade com foco na infância. A mediação ficou sob responsabilidade da professora Viviane Zelotini da Silva, da PUC Minas e uma das coordenadoras do projeto, que enfatizou reflexões sobre os cuidados socioambientais na região. O festival foi concluído com a criação de um Mural de Encerramento, onde foram registradas as principais reflexões e perspectivas compartilhadas ao longo do evento. Um dos resultados mais relevantes foi a transição do Coletivo Atingidos pelo Prates para um novo ciclo de atuação. Com a conquista da desativação do aeroporto, surgiu um novo grupo de lideranças e participantes, agora voltado à construção de ações concretas para garantir uma destinação integrada para a área, alinhada às demandas socioambientais e aos desejos da população local. Esse olhar voltado para o futuro evidenciou a importância de construir uma narrativa propositiva e mobilizadora, orientada pela visão de um território que reflita as aspirações da comunidade.

As ações desenvolvidas ao longo de 2023 foram fundamentais para consolidar o diálogo entre a comunidade e os poderes públicos, ao mesmo tempo em que reforçaram o papel do protagonismo popular na construção do futuro do território do antigo aeroporto. O intenso trabalho de campo, aliado às cartografias sociais, permitiu a identificação de demandas abrangentes que integram questões ambientais, culturais, habitacionais e de infraestrutura urbana. Essas atividades destacaram a importância de um planejamento que valorize o papel dos moradores como agentes centrais na autoprodução do espaço urbano.

Nesse contexto, a transição do Coletivo Atingidos pelo Prates para um novo ciclo de liderança comunitária representou um marco importante. Esse novo momento reforçou a necessidade de fomentar práticas colaborativas que promovam a justiça territorial e deem visibilidade às iniciativas locais já existentes. Com base nesse histórico e na busca por metodologias que potencializem as discussões, surgiu a ideia de criar uma ferramenta dinâmica que promovesse o engajamento e a reflexão de forma criativa. Assim, a partir do segundo semestre de 2023, seguindo os rastros da Ecologia Política, a equipe iniciou o desenvolvimento, em parceria com os estudantes da Escola Professor Moraes, de um jogo educativo intitulado "Prates da Gente".

## **JOGO "PRATES DA GENTE"**

Inspirado no Landlord's Game de Elizabeth Magie, o jogo tem como objetivo estimular reflexões sobre justiça territorial e conflitos fundiários urbanos. Magie denunciava os danos sociais causados pelo monopólio de terras, criando um jogo cujas regras, segundo Pilon (2015), "impediam a acumulação de terra" e promoviam inovações sociais. Mais tarde, Charles Darrow plagiou esse conceito e desenvolveu o Monopoly, adaptando-o à lógica capitalista. Sandroni (1996) descreve o impacto do monopólio fundiário no colapso econômico, afirmando: "A bolha especulativa imobiliária estourou, renunciando o que ocorreria pouco depois, de forma muito mais contundente, na Bolsa de Valores de Nova York".

O monopólio da terra urbana no Brasil se acentua na década de 1940, com a política populista de Vargas, que favoreceu a associação entre o capital rentista e o financeiro. Ao congelar os preços de aluguel, incentivar o financiamento à construção e legalizar os condomínios,

surgiram os incorporadores imobiliários, que, ao concentrarem funções de construção e comercialização, aceleraram a rotação do capital investido (Ribeiro, 1997). O sobrelucro locacional surgiu não apenas com a construção de arranha-céus em áreas nobres, mas também com a venda de imóveis exclusivos, como o "copacabana-apartamento", que atendia à classe média em ascensão, criando uma diferenciação social necessária ao sobrelucro (Ribeiro, 1997, p. 333).

Nos anos 1960, com a política habitacional do regime militar, os incorporadores criaram instituições financeiras para captar recursos para o financiamento imobiliário, e o Banco Nacional da Habitação (BNH) desviava recursos da poupança das instituições de previdência e da Caixa Econômica Federal para sustentar a renda dos incorporadores (Ribeiro, 1997). Na década seguinte, devido à escassez de terra urbana, o BNH passou a financiar a infraestrutura urbana (Villaça, 1986).

É importante destacar que o Prates da Gente se diferenciava por ser construído a partir de oficinas e cartografias sociais realizadas com os moradores, integrando memórias, práticas cotidianas e cuidados ambientais. Inspirado na perspectiva de Henri Lefebvre (1968, p. 49), que compreende o cotidiano como espaço de apropriação do corpo, do espaço e do tempo — e, portanto, como campo de resistência e transformação —, o projeto reconhece essas práticas como expressões políticas que atribuem sentido ao território. Ao valorizar essas ações locais, o jogo busca fortalecer processos de autonomia e fomentar experiências de autogestão territorial.

Desse modo, reconhecendo a vida cotidiana e os conflitos existentes, o Prates da Gente opta por enfatizar a justiça territorial. Com efeito, Silvia Federici (2019, p. 30), em seus estudos sobre as questões de gênero em países africanos, reforça a importância do acesso à terra como condição essencial para a reprodução da vida cotidiana, afirmando que “[...] a maior parte dos alimentos consumidos no país vinha da agricultura de subsistência, realizada sobretudo por mulheres.” Federici (2019, p. 33) também amplia a ideia de reprodução social, incluindo a memória coletiva: “A reprodução não diz respeito apenas às nossas necessidades materiais [...] mas também aos símbolos culturais que alimentam nossas lutas.”

Além disso, Fraser e Jaeggi (2020, p. 48) complementam ao destacar que a reprodução social ocorre em diversos espaços, como “vizinhanças, associações da sociedade civil e agências estatais.” Nesse sentido, o Prates da Gente busca superar dilemas entre propriedade privada e uso coletivo, promovendo novas formas de representação e reconhecimento. Assim, os moradores conferem ao território uma função social e ambiental, exercendo a autodeterminação coletiva e ampliando as perspectivas sobre o direito à cidade.

A concepção desse jogo está alinhada à ideia de que o trabalho humano é um processo no qual “o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2010 [1859], p. 211). Nesse sentido, a assessoria técnica buscou valorizar as atividades promovidas pelos moradores, ainda que precárias, como expressões de cuidado com o espaço e resistência cotidiana.

Sob a perspectiva marxista clássica, o modo de produção capitalista é identificado como responsável pela alienação das relações metabólicas entre seres humanos e natureza, criando uma "fissura metabólica" que compromete as condições de reprodução ecológica. Contudo, Foster (2018), sugere que a principal mensagem ecológica de Marx aponta para a possibilidade de restaurar o metabolismo essencial entre sociedade e natureza, por meio de uma transformação revolucionária do capitalismo e a construção de uma nova realidade material e coevolutiva.

No jogo Prates da Gente, buscou-se evidenciar as práticas de cuidado com o território promovidas pelos moradores da região. O tabuleiro ilustra essas ações e transmite uma mensagem ecológica, ampliando o conceito de cuidado para incluir aspectos habitacionais e sociais que refletem as necessidades locais. Em vez de priorizar exclusivamente a criação de áreas verdes, o jogo propõe a valorização de um espaço multifuncional que englobe diversas dimensões essenciais para a reprodução da vida e o bem-estar da comunidade.

O teste do jogo com os estudantes evidenciou desafios em lidar com a proposta colaborativa, onde a vitória está associada à contribuição para a ocupação coletiva do espaço, em vez do acúmulo de terras. Muitos estudantes demonstraram desapontamento ao perceberem que não poderiam acumular propriedades ou que chegar primeiro ao final do tabuleiro não era suficiente para vencer.

Esse jogo é um exemplo prático de como práticas coletivas podem ser aplicadas para fomentar o debate e organizar a ocupação do território, valorizando o bem comum e promovendo a colaboração entre os moradores. Nele, o "comum" é compreendido como uma prática coletiva e política (Dardot e Laval, 2017) que visa transformar espaços públicos e compartilhados em lugares de vivência e cuidado coletivo. A partir de oficinas de desenho, caminhadas e atividades de mapeamento, os moradores e estudantes desenham suas propostas e desejos para a área, propondo novos usos e transformações do espaço. Essas práticas revelam como o território pode ser autoproduzido por seus habitantes, como já ocorre em muitos assentamentos urbanos na América Latina, onde os moradores se organizam para transformar espaços de exclusão em lugares habitáveis.

O Prates da Gente representa, então, uma tentativa de superar a visão tradicional de que o espaço urbano é uma mercadoria (como no jogo Monopoly) e, em vez disso, enfoca as relações sociais e políticas que acontecem no cotidiano das pessoas. O jogo é uma metáfora para a luta pela ocupação do território e pela construção de um espaço compartilhado, onde o valor do espaço não é mais ligado à propriedade privada, mas sim à sua função social e ao cuidado coletivo. Nesse sentido, aborda as contradições existentes nesse processo de ocupação urbana, como o conflito entre a especulação imobiliária e as práticas de cuidado ambiental da comunidade. Essas questões são representadas nas cartas do jogo, que incluem situações de ajuda mútua e solidariedade, mas também problemas e contradições típicas da luta por um espaço urbano mais justo e acessível.

Deve-se levar em conta a capacidade de suporte do sítio ao discutir a destinação da área, ou seja, a adequação do local para receber as propostas de urbanização, considerando as questões ambientais e de infraestrutura. A cartografia social colaborativa, portanto, não só permite a construção de um novo conhecimento sobre o espaço, mas também abre um debate mais amplo sobre as diferentes possibilidades de uso e transformação do território, refletindo as aspirações e as necessidades da comunidade local.

Há diversos temas relacionados à sustentabilidade urbana, como a importância das áreas verdes para o ecossistema local, as Tecnologias de Urbanização Sustentável (TUSs) e o trabalho humano para reabilitação ambiental em áreas urbanas. A vegetação e a preservação ambiental no topo de morros são essenciais para a recarga do lençol freático, pois promovem a manutenção das nascentes e a mitigação de riscos ambientais, como escorregamentos e assoreamento.

No contexto de Belo Horizonte, a proposta de criar uma grande área verde no antigo aeroporto tem a função de conectar zonas de preservação ambiental e melhorar a arborização urbana. A área está localizada em uma região estratégica entre duas bacias hidrográficas e oferece uma oportunidade para melhorar a infraestrutura ecológica e combater a escassez de áreas verdes. A falta dessas áreas é especialmente preocupante em toda a regional, que é a mais carente de parques da cidade, impactando diretamente a qualidade de vida da população local.

A crítica à visão eurocêntrica de sustentabilidade, que prioriza as necessidades das gerações futuras em detrimento das atuais, é abordada com a ênfase de que a sustentabilidade deve ser imediata e viável, atendendo as necessidades das populações presentes sem comprometer sua qualidade de vida. Nesse sentido, a reabilitação ambiental é apresentada como urgente, especialmente no contexto urbano, com o objetivo de restaurar ciclos hidrológicos e reduzir os impactos ambientais causados pela urbanização.

A teoria de Marx discute a relação entre a industrialização da agricultura, a degradação dos recursos naturais e a separação entre o campo e a cidade, o que resultou em crises ambientais e sociais. A proposta de "Verdejar o Prates", a reabilitação ecológica por meio de TUSs e a gestão colaborativa das bacias hidrográficas visam restaurar a conexão entre os seres humanos e a natureza, oferecendo soluções práticas para enfrentar a crise hídrica e melhorar as condições de vida da população local.

O teste de um jogo educativo, realizado com alunos, revelou a necessidade de integrar o debate sobre sustentabilidade e as tecnologias adequadas ao contexto urbano nas atividades escolares, incentivando uma compreensão mais profunda dos conceitos e práticas ambientais, como os "jardins de chuva", "tetos verdes" e outras tecnologias de urbanização sustentável. A proposta de incluir encartes educativos no jogo visa apoiar a organização comunitária para a implementação dessas práticas.

Os trabalhos, portanto, refletem a busca por soluções práticas e colaborativas para os desafios ambientais urbanos, com a participação ativa da comunidade, universidades e escolas, promovendo uma relação mais saudável e sustentável entre o ser humano e o meio ambiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de assessoria técnica e mobilização comunitária para a desativação do aeroporto Carlos Prates e a destinação do território envolveu uma série de ações que não apenas fortaleceram a participação local, mas também uma maior consciência coletiva sobre a importância da preservação ambiental e da valorização das práticas cotidianas. Atividades como mutirões e festivais desempenharam um papel crucial na construção de um movimento comunitário para a formulação de estratégias de luta, visando a construção de um processo de planejamento urbano mais justo e inclusivo.

A parceria entre a PUC Minas e o Coletivo Atingidos pelo Prates contribuiu para o desenvolvimento de estratégias diversificadas de sensibilização e mobilização, que buscavam atrair públicos variados e garantir que os moradores estivessem no centro das discussões sobre o uso do território e a formulação de políticas públicas. Embora a universidade seja um canal importante para o acesso a espaços de decisão política, é fundamental garantir que, ao longo de todo o processo, o conhecimento e o posicionamento da comunidade sejam sempre ouvidos e valorizados. É necessário, assim, um cuidado constante para que os saberes técnicos não se sobreponham nem invalidem os saberes populares e ou tradicionais.

A metodologia colaborativa, com destaque para a cartografia social, revelou-se uma ferramenta crucial para o fortalecimento da comunidade. Ao permitir que os moradores se reconhecessem em seu território e compreendessem as dinâmicas socioespaciais locais, a iniciativa estimulou o protagonismo tanto de lideranças tradicionais quanto de novas lideranças, o que foi fundamental para que os moradores se tornassem agentes ativos nos diálogos com diversos atores, incluindo os poderes públicos.

Ao longo da mobilização, surgiram desafios significativos, especialmente no que se refere à resistência de setores interessados na destinação especulativa do terreno do antigo aeroporto. Essa disputa de interesses exigiu ações de sensibilização contínuas e diálogos constantes com a comunidade, para que alternativas urbanísticas sustentáveis, com foco nas necessidades sociais e ambientais, prevalecessem sobre os interesses privados. A sustentabilidade e a inclusão foram princípios fundamentais em todo o processo, guiando a formulação das propostas urbanísticas.

Embora os desafios ainda persistam, é possível afirmar que o projeto de assessoria técnica e mobilização comunitária contribuiu de maneira significativa para a promoção de práticas participativas, democráticas e inclusivas de ação e reflexão no território. A continuidade do trabalho e a implementação das propostas coletivas devem ser priorizadas para garantir que a transformação do território seja duradoura e atenda às necessidades de todos os moradores.

O processo de transformação urbana não se encerra com a conclusão do projeto; ao contrário, ele abre portas para a continuidade da luta pela justiça social e ambiental nas cidades, reforçando o compromisso com um urbanismo mais justo, sustentável e centrado nas pessoas.

## REFERÊNCIAS

ACSELARD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008.

ALMEIDA, Rachel de C.; SILVA, Viviane Zerlotini da. **Destinação aeroporto Carlos Prates: cartografias sociais como instrumento de mobilização social**. 47º Encontro Anual da ANPOCS: Campinas: ANPOCS, 2023. p. 1-20.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas & RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.). **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 11.181, de 09 de agosto de 2019. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2019.

BORSAGLI, Alessandro. **A ex-Colônia Agrícola Carlos Prates: cronologia de sua ocupação em 110 anos**. Curral del Rey. Belo Horizonte, outubro, 2010. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2010/10/ex-colonia-agricola-carlos-prates-e.html>. Acesso em: novembro de 2023.

BORSAGLI, Alessandro. Curral del Rey. **Os malditos (e esquecidos) Córregos de Belo Horizonte**: O Córrego do Pastinho Belo Horizonte, abril, 2011. Disponível em:

<http://curraldelrei.blogspot.com/2011/04/os-malditos-e-esquecidos-corregos-de.html>

Acesso em: novembro de 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DINIZ, João Paulo Fogaça. **Viagens de cura**: a busca pelo tratamento e cura da tuberculose na cidade de Belo Horizonte (entre as décadas de 1890 e 1950). FAFICH UFMG Orientadora: Rita de Cássia Marques., Belo Horizonte, 2022.

FAVELA É ISSO AÍ. *Vila São José*. **Favela é isso aí, Belo Horizonte**, s.d. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-sao-jose/>. Acesso em: nov 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FOSTER, John Bellamy. **Marxismo e Ecologia**: fontes comuns de uma Grande Transição. Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.80-97, jul./dez. 2015.

FOSTER, John Bellamy. **Marx, Value, and Nature**. Monthly Review. vol. 70, no.3 (July-August 2018), pp. 122-36. Disponível em: <<https://monthlyreview>. Acesso em: 20 jan 2023.

FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na Teoria Crítica. São Paulo: Boitempo, 2020, 256 p.

GALHARDO, **Le mythe du ghetto de la Mouraria à Lisbonne**: la mise en récit d'un territoire plastique, Journal of Urban Research, Special issue 5, 2014, Online since 10 July 2014, connection on 19 September 2024. URL: <http://journals.openedition.org/articulo/2430>; DOI: <https://doi.org/10.4000/articulo.2430>

GONTIJO, R. Casas populares, escola e parque: PBH apresenta estudo de destinação do aeroporto Carlos Prates. **Hoje em Dia**. 15 de março 2023. URL: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/casas-populares-escola-e-parque-pbh-apresenta-estudo-de-destinac-o-do-aeroporto-carlos-prates-1.952722>

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte - tendências e desafios. In: **XVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1992. Grupo de Trabalho Estudos Urbanos, representações e políticas públicas.

HENKES, J. A. ., & ANDRADE, V. L. de . Cidades inteligentes e sustentáveis: a desativação do aeroporto Carlos Prates e a transformação em parque ambiental, cultural e centro

administrativo municipal. **Revista Brasileira De Aviação Civil &** Ciências Aeronáuticas, 1(4), 46–71, 2023. <https://rbac.cia.emnuvens.com.br/revista/article/view/57>

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro. Título original: *Le Droit à la Ville*, 2001 [1968].

MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, v.1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1894].

MOTA, Thais. Aeroporto Carlos Prates pode dar lugar a novo bairro residencial em BH. **O tempo**. 14 de fevereiro 2022. Super notícia. URL: <https://www.otempo.com.br/super-noticia/opiniaio/batedebate/aeroporto-carlos-prates-pode-dar-lugar-a-novo-bairro-residencial-em-bh-1.2612583>

PENNA, Alícia Duarte *et al.* O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. *In*: PENZIM, Adriana Maria Brandão; SOUZA, Robson Sávio Reis; ALVES, Claudemir Francisco (org.). **Na cidade: micropolíticas e modos de existência**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Nesp, 2019. p. 231-256. (Cadernos Temáticos do Nesp, nº 9).

PILON, Mary. **The monopolists**: obsession, fury, and the scandal behind the world's favorite board game. New York, London: Bloomsbury Publishing Plc. pp. 30–41, 67–79, 84–89, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (2001) **Por uma cartografia da ação**: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.33-52.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de administração e finanças**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma cartografia simbólica das representações sociais**: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano 11, n .33, p .63-79. 1991. Disponível em <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia\\_simbolica\\_RCCS24.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF)> Acesso em: set. 2022.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.